

AÇÕES INTERSETORIAIS NO PLANEJAMENTO POLÍTICO EM ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO NA GESTÃO MUNICIPAL DE ILHÉUS-BA

Recebido em: 22/06/2011

Aceito em: 30/01/2012

*Dirceu Santos Silva*¹

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória – ES – Brasil

*Marco Aurélio Avila*²

*Marcel Ivan dos Santos*³

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Ilhéus – BA – Brasil

*Carlos Nazareno Ferreira Borges*⁴

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória – ES – Brasil

RESUMO: O artigo buscou compreender os processos de gestão pública e planejamento em esporte, lazer, cultura e turismo no município de Ilhéus-BA, com foco na intersectorialidade e envolvimento da comunidade. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que foi dividida em três etapas: levantamento bibliográfico; análise documental; e, por último foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete gestores do poder público municipal. Para tabulação dos dados, a técnica utilizada foi à análise de conteúdo. Os resultados pontuaram que as políticas públicas implementadas apresentam incipientes articulações intersectoriais, atestando ainda, o pouco envolvimento da comunidade. Logo, as ações não estão adequadas às novas formas de gestão pública e os planejamentos ocorrem de forma superficial.

PALAVRAS CHAVE: Planejamento. Políticas. Ação intersectorial.

¹ Mestrando em Educação Física da UFES; Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos em Sociologia das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos (CESPCEO); Membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Turismo da UESC; Pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq/UESC.

² Doutor em Turismo e Desenvolvimento Sustentável (ULPGC – Espanha). Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz. Líder do Grupo de Pesquisa em Cultura e Turismo da UESC.

³ Mestrando em Educação Física da UFES e Mestrando em Cultura e Turismo UESC. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Turismo da UESC.

⁴ Professor Doutor do programa de pós-graduação (mestrado) em Educação Física da UFES. Líder do Grupo de Pesquisa CESPCEO.

**INTERSECTORAL ACTION IN PLANNING POLICY IN SPORT, LEISURE,
CULTURE AND TOURISM IN MUNICIPAL MANAGEMENT ILHÉUS-BA**

ABSTRACT: The article discusses the processes of public management and planning in Sports, Leisure, Culture and Tourism in the town of Ilhéus-BA, focusing on intersectoral action and community involvement. This is a research descriptive, with qualitative approach, which was divided into three phases: literature review, document analysis, and finally we conducted semi-structured interviews with eight managers of municipal government. To tabulate the data, the technique used was content analysis. The results point that the public policies implemented tentative incipient intersectoral, also confirming the little community involvement. Therefore, the actions are not appropriate to new forms of public management and planning occurs in a superficial way.

KEYWORDS: Planning. Policy. Intersectoral Action.

Introdução

O esporte, o lazer, a cultura e o turismo são cada vez mais estudados no meio acadêmico e nas políticas públicas. As articulações políticas e as discussões intersetoriais são de grande relevância para o desenvolvimento da gestão pública nos três níveis de governo: municipal, estadual e federal.

No Brasil, a gestão pública geralmente é baseada em práticas paternalistas e clientelistas herdadas do período colonial, marcada pela ausência de cidadania e luta popular. Esta falta de participação é apresentada como um dos principais obstáculos para efetivação dos direitos civis, políticos e sociais, o que torna desafiador compreender e analisar o desenvolvimento das ações intersetoriais no município de Ilhéus, bem como à participação social na gestão pública (CARVALHO, 2008).

A partir da década de 1980 surgiram no Brasil novas propostas democráticas que se efetivaram como um novo paradigma da gestão pública. Paula (2005) destaca dois modelos de gestão pública postos em prática a partir da década de 1990: o primeiro tem uma vertente mais gerencial e foi implementado a partir de 1994, quando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu o neoliberalismo com foco no

desenvolvimento econômico e alinhamento com os organismos internacionais; e a segunda vertente tem um modelo societal, que foi implementado em 2003 com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que buscou o desenvolvimento com foco no Estado de Bem-Estar Social e participação da sociedade no processo das ações políticas.

Os dois modelos de gestão são entendidos como os novos arranjos institucionais, que buscam a articulação entre os diferentes atores sociais na busca do aperfeiçoamento da gestão e da resolução de problemas sociais. Assim, além da falta de participação da sociedade civil e da continuidade das gestões em âmbito nacional, regional e local tornam desafiador as pesquisas que buscam compreender as diferentes formas de gestão. Os modelos citados vão de encontro ao objeto de estudo, a partir do momento que a proposta é estudar a gestão nos campos do esporte, do lazer, da cultura e do turismo no município de Ilhéus-BA, na tentativa de compreendermos se a gestão é democrática e se estão de acordo com os novos arranjos institucionais.

Na presente pesquisa foi realizado um recorte da gestão municipal de Ilhéus entre 2001 e 2008, período este marcado por duas gestões, de dois partidos distintos, com o intuito de verificar se as políticas tiveram continuidade ou descontinuidade. Ilhéus está associada historicamente à cultura cacaeira, a cidade apresenta um potencial turístico muito grande, oferece um patrimônio natural e cultural com grande atratividade. O escritor Jorge Amado divulgou internacionalmente a cultura de Ilhéus, o que gerou uma opção econômica para o progresso regional e para minimizar a crise do cacau.⁵ O turismo, associado à cultura, vem sendo considerado um eixo importante para o desenvolvimento político (MAGALHÃES, 2006).

⁵ A crise do cacau foi intensificada no final da década de 1980, com o vírus denominado “Vassoura de Bruxa”.

Desse modo, a problemática central do estudo girou em torno da seguinte questão: como se articulam e são planejadas as políticas de Ilhéus-BA, em relação aos setores do esporte, do lazer, da cultura e do turismo, no período de 2001 a 2008 e quais identificações de intersectorialidade são encontradas na gestão pública municipal?

Para discutir o problema, foi realizado um levantamento histórico a respeito do planejamento político no Brasil e as principais mudanças nos processos de gestão das políticas públicas. Logo, as pesquisas nos setores do esporte, do lazer, da cultura e do turismo justificam-se a partir do momento que buscam avançar no campo democrático e na garantia do acesso aos direitos, bem como nos princípios de eficiência, eficácia e efetividade social da gestão pública.⁶

As pesquisas nos campos do esporte e do lazer assumem dimensões e significados de fenômenos únicos que não foram considerados problemas sociais “sérios” na sociologia, sendo entendido como uma atividade vulgar orientada para o prazer, que ainda hoje sofrem certas restrições ou resistências como objeto de estudo científico e de relevância no universo acadêmico (BOURDIEU, 1983; ELIAS; DUNNING, 1992; MARCHI JUNIOR, 2002).

Além disso, as pesquisas em políticas públicas que associam o esporte, o lazer, a cultura e o turismo são escassas na literatura científica, e a tentativa do artigo presente foi buscar as interfaces e limitações dos campos na gestão pública municipal de Ilhéus.

Para isso, o objetivo geral do artigo é compreender o planejamento da gestão pública e ações intersetoriais em esporte, lazer, cultura e turismo no município de

⁶ Eficiência caracteriza-se pela de relação custo-benefício; Eficácia estabelece uma relação comparativa entre os objetivos iniciais e os resultados finais, com foco nos resultados alcançados ou em processo; e a efetividade social, que avalia o impacto de tal ação na organização social da população beneficiada e se ocorreu transformações sociais em prol da inclusão social (BELLONI; MAGALHÃES e SOUZA, 2007).

Ilhéus-BA, entre o período de 2001 e 2008, bem como verificar a forma de participação da sociedade civil na política local.

Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo foi realizada uma pesquisa descritivo-analítica com abordagem qualitativa, realizada no município de Ilhéus-BA. O estudo foi efetivado em três etapas: a primeira aconteceu uma revisão bibliográfica; a segunda etapa constituiu-se de uma análise documental nos organogramas das instituições, programas, projetos, planejamento, Lei Orgânica Municipal e demais documentos disponíveis que embasaram as ações políticas na Secretaria de Turismo (Setur), Secretaria de Esporte e Cidadania (Semec) e Fundação Cultural de Ilhéus (Fundaci). Na última etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com (7) sete gestores públicos municipais (secretários, diretores e presidentes de fundações) que participaram dos planejamentos nos períodos de 2001 a 2008. O período é justificado a partir do momento que permite a análise das continuidades e rupturas, uma vez que as duas gestões analisadas tiveram partidos políticos distintos no poder.

Os gestores entrevistados serão representados pela sigla “G”. O G1 foi o secretário da primeira gestão da Semec analisada, o G2 foi o secretário da segunda gestão da Semec, o G3, foi o presidente da Fundaci na primeira gestão, o G4 e o G5 foram diretores da Fundaci na segunda gestão e o G6 e o G7 fizeram parte das duas gestões da Setur com os cargos diretores e secretários.

Para os procedimentos de coletas de dados, em um primeiro momento foram apresentadas as cartas de intenções da pesquisa na Setur, Semec e Fundaci, as quais deferiram o documento e aceitaram a participação no estudo. No segundo momento foi

realizada análise documental no material fornecido na Semec e na Fundaci, já que a Setur mesmo aceitando participar da pesquisa não disponibilizou os documentos para realização da pesquisa. Assim, a Semec disponibilizou os seguintes documentos: “Relatório de Gestão 2001-2004”; Projetos “Jogos Escolares”; “Liga de Esporte”; “Verão Ilhéus *Fitness*”; e “Esportes para todos”. Na Fundaci foi disponibilizado apenas o relatório da segunda gestão (2006-2007). Vale ressaltar que a cassação do prefeito⁷ de Ilhéus gerou uma descontinuidade nas gestões e um esvaziamento dos documentos das secretarias. Para suprir a carência de documentos, foram realizadas entrevistas com representantes de todas as instituições e participantes das duas gestões, exceto da segunda gestão (2005-2008) da Semec, a qual se recusou participar da entrevista por acreditar que a pesquisa poderia prejudicar os gestores⁸ atuais.

Para complementação da coleta de dados no setor do turismo foram averiguadas dissertações do Mestrado de Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) que se correlacionavam com o tema específico da pesquisa⁹. Finalizou-se a coleta documental com a análise da Lei Orgânica do Município de Ilhéus por meio do *website* da Câmara Municipal¹⁰.

Para categorização dos dados a técnica utilizada foi à análise de conteúdo, que permitiu um recorte dos textos de acordo com os conteúdos mais significativos para o estudo, para o posterior agrupamento e categorização das unidades de respostas (BARDIN, 2009).

⁷ O Prefeito Valderico Reis foi cassado no ano de 2007, sendo substituído pelo seu vice, Newton Lima.

⁸ Informação Verbal.

⁹ Cultura e Turismo. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/. Acesso em: 10 Jul. 2009.

¹⁰ Câmara municipal de Ilhéus. Disponível em: <http://www.camaradeilheus.com.br>. Acesso em: 11 Jul. 2009.

Para uma discussão mais consistente dos dados coletados foi utilizado um referencial teórico amplo, que envolveu a conceituação de política, política pública, planejamento, gestão pública e intersectorialidade.

Políticas Públicas e Planejamento

Política em Bobbio (2002, p.964) é um termo “derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”. A política é a mediação entre indivíduo-indivíduo e indivíduo-instituição sendo diretamente relacionado às diferentes formas de poder.

Em Heidemann e Salm (2009) a concepção de política ao longo da história passou por constantes modificações e avanços, o que tornou um termo complexo e polissêmico. A política numa primeira concepção englobou tudo que diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade e em suas organizações. Numa segunda concepção de política foi compreendida como um conjunto de processos, métodos e expedientes usados por indivíduos ou grupos para manutenção do poder. E na última concepção o termo é associado à arte de governar e realizar o bem público, que considera o processo de destruição da natureza como o não “bem público”.

À medida que houve evolução do conceito de política, o termo aproximou-se do conhecimento ligado ao controle da vida humana em sociedade, que organiza por meio de leis e por jurisdições político-administrativas dos municípios, estados e nações. Após esta evolução do conceito de política, o Estado passou a realizar intervenção na economia e a concepção de política evoluiu e se aproximou do conceito de políticas públicas (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Política pública corresponde à ação do governo em relação a um determinado setor ou atividade. Belloni *et al.* (2007, p. 44) assegura que: “[...] política pública é a ação intencional do Estado junto a sociedade”, envolvendo recursos de poder. Assim, toda política pública precisa ser avaliada em prol das otimizações das necessidades sociais e deve estar imbricada com o processo de planejamento.

Ao discutir planejamento, Dias (2003, p. 13) compreende o mesmo como “[...] um importante instrumento de ação dos governos em todos os níveis, para promover o desenvolvimento econômico, em bases sustentáveis”. Para ser eficaz, o planejar deve ser um processo dinâmico e permanente que necessita ser avaliado e repensado a todo o momento.

Avila (2009), ao tratar da participação dos atores sociais no planejamento, destaca a divisão de poder de forma democrática no processo de elaboração, implementação, controle e avaliação. Participar significa compartilhar do processo de tomada decisão e de responsabilidade. Deste modo, os atores sociais atuam como agentes da política que planejam com e não para, possibilitando que a comunidade se sinta prestigiada e envolvida nas principais decisões políticas.

A metodologia integral para planejar deve analisar uma série de variáveis culturais, sociais, psicológicas, político-legais, ecológicas e econômicas que condicionam o modo e o nível de vida do grupo humano (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001).

As propostas que valorizavam os mecanismos de descentralização e de participação da comunidade surgiram no final dos anos 1980. Este modelo de planejamento centralizado cedeu espaço para novas formas de gestão, que preveem maior articulação com a sociedade e com o mercado. Esses novos arranjos institucionais

que superam o modelo de provisão estatal e o modelo centralizado apresentam potencial para fortalecimento de ações coletivas e socioeducativas, além da formação de redes institucionais, articulações intersetoriais, articulações intergovernamentais e envolvimento da comunidade (FARAH, 2000).

Nunes (2003) aborda que os processos decisórios relativos às políticas públicas no Brasil estavam diretamente ligados a três questões que estruturam o Estado e a sociedade: o corporativismo, o clientelismo e o insulamento burocrático. Desse modo, as ações implementadas por meio dos programas de alocação de recursos eram influenciadas pela troca de favores e interesses entre a sociedade civil e o mercado.

A integração nos processos de planejamento é proposta por Farah (2000), o qual trata dos modelos de relação entre o Estado e o mercado, e expõe as novas formas de articulação: a) a articulação intergovernamental vertical, que ocorre entre as instâncias federal, estadual e municipal; b) a articulação horizontal, que ocorre entre as instituições públicas de uma mesma instância; e c) a articulação intersetorial, que indica a constituição de um processo de elaboração e implementação de políticas públicas descentralizadas. Essas articulações evidenciam a valorização de novas práticas de gestão pública com a inserção de novos participantes nos processos de planejamento. Os governos locais passam a exercer um papel de coordenação, mobilizando as ações dos diferentes atores sociais no processo de gestão.

Novas formas de Gestão Pública: foco nas ações intersetoriais

Gestão é uma palavra portuguesa que vem do termo latino *gestio*, que significa a ação de administrar, de dirigir e de gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas e os próprios bens que lhes pertencem. Logo, quem gere alguma ação ou instituição

deve fazer com dedicação para que seja mais produtiva em termos sociais, culturais e econômicos (ANDRADE, 2001).

Uma gestão exige ponderação e equilíbrio entre os fins e os meios. O modelo de gestão estratégica é “[...] um tipo de ação social utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins e implementada através da interação de duas ou mais pessoas, na qual uma delas tem autoridade formal sobre a(s) outra(s)” (TENÓRIO, 1998, p. 16)

A gestão social está atrelada a identificar as políticas públicas como uma possibilidade de gestão democrática, pela qual é buscado o cidadão deliberativo que participa do processo e não apenas o eleitor e/ou contribuinte categórico que não participa da implementação de ações políticas nos municípios (TENÓRIO, 2005).

A gestão social contrapõe-se à gestão estratégica à medida que propõe “um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 1998, p. 16).

No Brasil, destacaram dois modelos distintos de administração pública, um mais gerencial e outro mais societal, que se caracterizam como as novas formas de gestão cujo objetivo é romper com o paradigma centralizado das ações políticas (PAULA, 2005).

O modelo de gestão gerencial teve início nos anos de 1980 com base nos modelos inglês e estadunidense. O projeto político tem como escopo o alinhamento às recomendações dos organismos multilaterais internacionais com foco nas dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa. O modelo gerencial se caracteriza por ser participativo no discurso e centralizador nas decisões. No Brasil, a gestão mais próxima desta vertente ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-

2002), quando foi implementado uma política neoliberal com foco na privatização (PAULA, 2005).

O segundo caracteriza-se como o modelo de gestão societal, que tem raízes nos movimentos sociais brasileiros nos anos de 1960. O projeto político enfatiza a participação social e tem como base a dimensão sociopolítica. Este modelo incentiva as iniciativas locais, com elaboração de experiências da gestão com foco no cidadão. No Brasil, o governo que mais se aproximou desta vertente foi o de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), que criou mecanismos de participação e permitiu a aproximação entre a sociedade civil e aparato estatal com foco no Estado de Bem-Estar Social (PAULA, 2005).

Considerando o exposto sobre as novas formas de gestão pública, valoriza-se a abordagem multidisciplinar, o que pressupõe uma visão holística em prol da qualidade, possibilitando o fortalecimento de ações intersetoriais de cunho coletivo. Junqueira e Inojosa (1997, p.24) conceituam intersetorialidade como uma forma de “[...] articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social”.

A intersetorialidade aproxima-se do conceito de descentralização, que compreende a transferência do poder de decisão na política e busca de participação dos cidadãos, ou seja, a descentralização viabiliza a intersetorialidade para promover a inclusão social, formando assim, um novo paradigma que orienta a gestão pública (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997).

De acordo com Carvalho (2008), o foco das mudanças no que se refere à participação política está relacionado à garantia dos direitos e reformas em todos os

setores sociais. Portanto, é necessário criar alternativas de envolvimento da população na formulação, execução e avaliação de políticas públicas, sobretudo no que tange ao orçamento e à criação de obras públicas.

Políticas Públicas em Esporte, Lazer, Cultura e Turismo

A ocupação do tempo livre atualmente é um obstáculo a ser vencido neste novo modelo de configuração do trabalho baseado no capitalismo e na nova lógica de mercado. O tempo livre utilizado para o lazer ganhou destaque a partir do século XIX nos países desenvolvidos, e significa o resultado das constantes conquistas trabalhistas da população. O uso deste tempo livre se distingue, e cada indivíduo utiliza-o da maneira mais conveniente, levando-se em consideração os seus próprios interesses (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001; RODRIGUES; BRAMANTE, 2003).

Como elemento da ocupação deste tempo livre disponível, as discussões nos campos das políticas públicas de esporte e lazer foram intensificadas no Brasil a partir da criação do Ministério do Esporte no ano de 2003, seguida da I Conferência Nacional do Esporte (CNE) realizada no ano de 2004, II CNE em 2006 e a III CNE em 2010.

No campo dos debates e eventos acadêmicos na Educação Física os destaques são: o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, iniciado em 1979; o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (Enarel), que já realizou a 22ª edição em 2010; e o Lazer em Debate, que em 2011 completou a sua 12ª edição. No meio científico destacam-se os seguintes periódicos: Revista do Programa Interdisciplinar de Mestrado em Lazer/UFMG (Licere), Revista Movimento, Revista Motrivivência, Revista Pensar a Prática e Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE).

A relação entre o esporte e o lazer foi intensificada pelo Ministério do Esporte por meio da I CNE, realizada em 2004, cujo documento final estabeleceu uma “Política

Nacional do Esporte e do Lazer”, reafirmou a constitucionalização dos setores de esporte e lazer como “[...] direitos sociais e, por isso, interessam à sociedade devendo ser tratados como questões de Estado, ao qual cabe promover sua democratização, colaborando para construção da cidadania”. No ano de 2006 foi realizada a II CNE, que objetivou a consolidação do apoio e financiamento das políticas públicas descentralizadas, com foco nos problemas sociais e adversidade regional.

Tanto na I CNE, quanto na II CNE é perceptível um descompasso entre as demandas discutidas nas “Conferências” e o que é implementado pelo Ministério do Esporte. Terra *et al.* (2009) ao analisarem a I e a II CNE asseguraram que não existe um modelo social e político que reconheça o esporte e o lazer como direitos sociais, apenas um discurso falacioso que entende os campos como funcionais e remediador de problemas sociais. As “Conferências” se configuraram como forma de descentralização das discussões acerca das políticas públicas, no entanto, na prática ocorreu a centralização na tomada de decisões nos âmbitos municipal, estadual e federal.

O campo do esporte na Constituição Federal Brasileira de 1988 é complementado no Art. 217, ao assegurar é dever do Estado fomentar práticas desportivas, como direito do cidadão, sejam aplicadas e implementadas como ações formais e/ou não-formais (BRASIL, 1988).

O lazer foi assegurado como direito social para os cidadãos brasileiros na Constituição Federal Brasileira, ao estabelecer no seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Marcellino (2001, p. 9) garante que o lazer mesmo sendo direito de todos os cidadãos ainda continua acessível a uma minoria, e que "[...] existem barreiras inter e intraclasses sociais, formando um todo inibidor que dificulta o acesso ao lazer não só quantitativamente, mas, sobretudo qualitativamente".

O conceito de lazer mais utilizado na literatura científica foi proposto por Dumazedier (1973, p.34) ao considerar o lazer como um:

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se e para entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Dumazedier (1973) propõe no seu conceito as três esferas que o mesmo classifica como os 3 D's que integram o lazer, o descanso, o divertimento e o desenvolvimento pessoal.

Com o avançar das pesquisas no campo do lazer, percebeu-se como é complexo a palavra e os múltiplos significados que existem relacionados à sua definição na sociedade. O lazer envolve diversas influências da vida social e é apontado como um espaço para socialização e não mais apenas para descontração e gasto do tempo livre. Envolve dois fundamentos importantes: tempo e atitude. O primeiro está relacionado ao tempo liberado do trabalho ou "tempo livre", além da liberdade das questões sociais, como família e religião. Enquanto que a atitude é caracterizada com o tipo de relação que se verifica entre o sujeito e a experiência. O lazer se aproxima do campo do esporte, sobretudo na sua dimensão participativa e recreativa com o escopo de garantir a todos os cidadãos (MARCELLINO, 2006).

Tubino (1996) descreve o esporte por meio das distintas manifestações, que podem ser caracterizadas em três dimensões: o esporte participativo, o qual se caracteriza por práticas de formas voluntárias, que buscam a integração dos indivíduos e

plenitude da vida social, podendo ser voltada para promoção da saúde, lazer, educação e preservação do meio ambiente; o esporte educacional refere-se à prática no âmbito dos sistemas de ensino, sem seletividade e exclusão, que busca o desenvolvimento integral dos indivíduos e formação do mesmo para exercer sua prática cidadã e de lazer; e por fim é proposto o esporte de rendimento, caracterizado por regras nacionais e internacionais, com o escopo de obter resultados, que tem como foco a integração dos países e comunidades.

Aprofundando a ideia, Martines e Mezzadri (2007) percebem o esporte como fenômeno polissêmico, possíveis de diversas manifestações e podem significar espetáculo, mercadoria, educação, participação, rendimento, dentre outros.

Brust; Baggio e Saldanha Filho. (2006) asseguram que nas últimas três décadas no Brasil, o conceito de políticas públicas de esporte e lazer abriu espaço para estimulação da participação de toda sociedade. Passaram a ter caráter de participação, com foco no acesso ao direito e não mais apenas na perceptividade de rendimento e competição. O incentivo à participação da sociedade a partir das políticas públicas em esporte e lazer tratado por Brust; Baggio e Saldanha Filho (2006) é entendido como um trabalho intersetorial.

No campo do turismo, por exemplo, são nítidas as interfaces com a cultura, o lazer e o esporte. No entanto, é evidente também, que esta relação aponta para uma demanda de mercado, ou seja, apenas uma segmentação para atender certos *perfis* de turistas. Como exemplo, a cultura na forma do turismo cultural, sendo altamente divulgado na atualidade; o esporte, no que se refere ao turismo esportivo e o turismo de eventos esportivos; e o lazer na forma de Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN), festas, entre outras possibilidades.

Esta relação entre os setores evidencia a necessidade de compreender de que maneira o turismo vem se apropriando da cultura, do esporte e do lazer, transformando os mesmos em produtos de consumo, ao mesmo tempo em que se percebe a importância da articulação intersetorial no planejamento das políticas públicas desses setores.

O Código Mundial de Ética para o Turismo¹¹ no seu Art. 1º propõe que o setor também trabalhe para o social, a partir do momento que busca:

[...] A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas, filosóficas e morais, são ao mesmo tempo fundamento e consequência de um turismo responsável; os atores do desenvolvimento turístico e os próprios turistas devem ter em conta as tradições ou práticas sociais e culturais de todos os povos.

O Turismo é apontado como direito social desde a Conferência de Manila em Filipinas (1980)¹², quando foi reafirmado o direito ao uso do tempo livre, acesso às férias e liberdade de viagens e turismo. O direito ao turismo é uma consequência natural do trabalho, sendo reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como acolhido pela legislação brasileira. Segundo a *World Travel e Tourism Council*¹³ o Turismo gera aproximadamente cerca de 231,2 milhões de emprego em todo o mundo, e seja responsável por 8.3% do total de empregos (diretos e indiretos).

Vale ressaltar que além de uma prática econômica, o turismo é uma prática histórico-social, que envolve o deslocamento de pessoas em momentos e espaços diferentes, repleto de subjetividade, que contempla o afastamento do cotidiano, e que possibilita ao sujeito um estranhamento quanto à experiência vivida (GASTAL E MOESCH, 2007).

¹¹ Código Mundial de Ética. 2008. Disponível em: <http://ethics.unwto.org/>. Acesso em: 07 Maio. 2009.

¹² A Conferência de Manila (Filipinas) promovida pela WTO em 1980 representa uma das primeiras tentativas de reinvenção das práticas turísticas através da discussão de um conjunto de pressupostos conceituais que estão na base da relação entre o *turista*, as comunidades locais e os agentes de desenvolvimento turístico.

¹³ *World Travel e Tourism Council*. Disponível em: <http://www.globaltraveltourism.com>. Acesso em: 07 Mai. 2009.

De acordo com Santos e Avila (2010), apesar de ser conhecida a importância de práticas intersetoriais tendo em vista a fruição da cidadania, a formação da identidade cultural e a emancipação humana, ingredientes para o desenvolvimento humano sustentável, na Bahia, e mais especificamente em Itabuna, cidade relevante que faz limite com Ilhéus e possui características semelhantes em relação ao processo histórico de planejamento de políticas públicas, ainda não foram constatadas ações que indiquem articulação intersetorial nos setores supracitados.

No Brasil o turismo ganhou maior destaque a partir de 2003, quando foi criado o Ministério do Turismo, que teve os seguintes objetivos: criar três pólos turísticos em cada Estado; atrair 9 milhões de turistas estrangeiros por ano; e criar 1,2 milhões de novos postos de trabalho. O modelo de gestão é inovador, pois busca integrar o Fórum de Secretários Estaduais de Turismo e o Conselho Nacional de Turismo.¹⁴

No Estado da Bahia, registra-se 5% do Produto Interno Bruto (PIB) destinado ao Turismo, no entanto, o Estado não tem um retorno esperado pelos investimentos. Segundo Rodrigues (2002), foram gastos US\$ 23 milhões só em campanhas de publicidade pelo Estado, e mesmo assim não houve um aumento significativo de turistas nas últimas duas décadas.

Ilhéus apresenta ambiente natural propício para o desenvolvimento da atividade turística, composto por um litoral extenso, clima adequado para o turismo de sol e praia, presença da mata atlântica e recursos hídricos abundantes, bem como uma rede hoteleira em expansão, sendo privilegiada por inúmeras vias de acesso, tanto pela rodovia estadual, quanto pela presença de um porto e um aeroporto nacional. Além disso, possui

¹⁴ Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br> . Acesso em: 03 Maio. 2009.

forte traço cultural, devido a cultivo do cacau, e principalmente as obras de Jorge Amado que foram difundidas internacionalmente (COSTA e GANDARA, 2009).

Observa-se ainda que a dimensão cultural possui relevância para o turismo em Ilhéus, visto que a cidade apresenta um patrimônio histórico e cultural fortemente ligado à cultura do Cacau, que foi retratado pelas obras de Jorge Amado, que é o principal responsável pela difusão de Ilhéus em nível nacional e internacional.

O turismo cultural, para Greg Richards é o deslocamento de pessoas desde seus lugares habituais de residência até os lugares de intenção de recolher informação e experiências novas que satisfazem suas necessidades culturais (RICHARDS, 2009).

Em Cuche (2002), a noção de cultura é compreendida como os modos de vida e de pensamento de uma determinada sociedade, envolvendo duas concepções de cultura, uma particularista e outra universalista, que se encontram na base do seu conceito.

Hall (1999) e Canclini (2000) apontam que a cultura é um processo dinâmico de hibridação, intensificada principalmente por dois fenômenos: globalização e revolução científico-tecnológica. A globalização por permitir uma maior aproximação e comunicação entre os povos e a revolução científico-tecnológica, que proporcionou a disseminação do conhecimento e o avanço de grandes descobertas da ciência. Estes processos trazem impactos positivos e negativos para comunidade local. Positiva quando bem planejada de forma sustentável e voltada para valorização cultural e negativa quando acontece a desvalorização e perda da cultura local, perdendo assim, sua originalidade quando em contato com outros povos.

Esta discussão da concepção de cultura, de turismo, de esporte e de lazer de forma integrada é de grande relevância para a análise dos dados. No entanto, para facilitar a interpretação das análises dos dados dividimos em duas etapas: no primeiro

momento foi discutido o esporte e o lazer por envolver a contemplação dos dois campos pela Semec; no segundo momento foi debatido a cultura e o turismo, uma vez que Ilhéus tem como característica o turismo cultural.

Esporte e lazer: ações intersetoriais a partir da Semec em Ilhéus

No município de Ilhéus a instituição responsável pelo esporte e lazer é a Semec. Segundo relatório da primeira gestão (2001-2004) o direito ao esporte é entendido a partir do acesso da cultura corporal e da assistência a toda comunidade, bem como na qualidade de vida e esperança a todos os habitantes do município.

O organograma da Semec é organizado da seguinte forma: 01 Secretário de Esportes e Cidadania, 01 Chefe de Setor de Estudo e Planejamento Esportivo, 01 Chefe de Setor de Esporte e Lazer, 01 Chefe de Sessão da Administração de Ginásio de Esporte e Quadras Esportivas e 01 Chefe de Sessão da Administração do Estádio Mário Pessoa.

Ilhéus dispõe dos seguintes equipamentos que são utilizados para execução de eventos e projetos: 01 Estádio Municipal (Mário Pessoa); 01 Ginásio de Esportes (Herval Soledade); Quadras poliesportivas em Escolas e Associações; Quadras poliesportivas em Bairros; Clubes e Associações, como o Clube Social de Ilhéus, a AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil); além dos espaços da Uesc, Centro de Convenções de Ilhéus, dentre outros. Estes espaços ainda são insuficientes para o desenvolvimento de atividades, projetos e práticas para o acesso democrático ao lazer e ao esporte, pois ainda faltam arenas esportivas, recursos humanos, políticas públicas voltadas para o setor e infraestrutura básica para realização destas atividades.

A Lei Orgânica do Município contempla o esporte no Art. 240, ao garantir por intermédio da Semec e em consonância com outras instituições esportivas, a promoção, o estímulo, a orientação e o apoio à prática do desporto formal e informal, com proteção e incentivo às manifestações esportivas de criação baiana e de âmbito nacional. No Art. 244 ainda é contemplado à criação do “Conselho Municipal de Desporto, regulamentado através de lei complementar”. No entanto, não foi verificada a criação do Conselho Municipal de Esporte até o ano de 2009, quando foi finalizada a coleta de dados da pesquisa (ILHÉUS, 2002).

Na esfera do lazer, o Art. 242, assegura que o município reservará áreas destinadas ao lazer ativo como forma de bem-estar e promoção social, saúde, higiene e educação de todas as faixas etárias e sociais da população, incentivando e reconhecendo a mesma como forma de promoção social. O setor é associado em lei com a saúde e educação, sendo passível de legitimação (ILHÉUS, 2002).

Os prefeitos que estiveram administrando a cidade no período estudado foram: Jabes Ribeiro (2001-2004) na primeira gestão; e Valderico Reis (2005-2007) e Newton Lima (2007-2008) na segunda gestão. A mudança na segunda gestão deu-se com a cassação do prefeito Valderico Reis, assumindo em seu lugar o vice-prefeito Newton Lima. Acrescentamos, para fins de esclarecimento, que na primeira visita realizada à Semec com intuito de entregar a carta de apresentação da pesquisa, o Chefe de Setor de Estudo e Planejamento Esportivo fez um relato que chamou nossa atenção. Segundo o gestor, após a cassação do prefeito, a Secretaria foi esvaziada, levaram *HD* do computador, projetos e todos os documentos da instituição, deixando clara a falta de continuidade política entre as gestões e a falta de compromisso com a gestão pública.¹⁵

¹⁵ Informação verbal.

Constatou-se na Semec que as políticas implementadas nos últimos oito anos no município de Ilhéus-BA foram insuficientes e não focaram a melhoria na qualidade de vida da população e acesso ao direito. Em vez disso, valorizaram as práticas de cunho esportivo, na maioria das vezes, voltadas para o esporte de competição e formação de atletas. Este tipo de atividade só reafirma o esporte moderno, que valoriza os interesses do sistema capitalista, voltado para as classes dominantes.

A evidência de que o esporte de rendimento é o foco, foi verificado na formação do Organograma, na infraestrutura e em alguns trechos dos projetos analisados da Semec. No Projeto “Jogos Escolares¹⁶” tem o seguinte escopo:

“[...] desenvolverá as suas atividades com eficiência, através do estímulo a mudança de hábitos e atitudes os quais venham contribuir para o sucesso da interação social. *Num segundo momento formar atletas*, com vistas ao exercício da cidadania, buscando valores de respeito e disciplina que o Esporte proporciona” (PROJETO JOGOS ESCOLARES, 2008, p.3, grifo nosso).

Foi perceptível nos relatos dos gestores que o foco da Semec foi o esporte de rendimento, voltado para formação de atletas. Verificou-se em duas entrevistas o pensamento ainda limitado sobre o esporte. Na primeira entrevista foi constatado o entendimento limitado do conceito de esporte, expresso no seguinte pensamento:

[...] conseguimos fazer alguns torneios de vários esportes, de vários bairros e distritos de Ilhéus, mas, poderia ser bem melhor se houvesse uma educação esportiva e educacional do município que fosse investido mais dessa quantidade enorme de jovens e que Ilhéus poderia ser o fornecedor de craques para o Governo Federal [...] (G1).

Em seguida é declarado que a participação na política nos campos do esporte e do lazer existe sob várias formas, sobretudo no orçamento participativo, com a aprovação do investimento para uma instituição privada, ao afirmar que:

¹⁶ Projeto Jogos Escolares. Secretaria Municipal de Esporte e Cidadania. Ilhéus, 2008.

[...] de várias formas, nós tivemos [...] um orçamento do esporte bastante participativo, tanto que nós enviamos esforços no sentido [...] de elevar o Colo Colo¹⁷ a ser um time campeão [] [no Campeonato Baiano de Futebol] em 2006. A seleção de Ilhéus foi um apoio irrestrito nosso... escolinha de futebol em bairros, grandes torneios estudantis, torneio interdistrital (G2).

No Projeto “Liga de Esportes¹⁸ (2008, p.4) é verificado um conceito mais amplo de esporte, isto é, buscou-se uma linha esportiva distinta ao propor o seguinte objetivo: “[...] desenvolverá no município de Ilhéus o esporte amador, direcionando a prática esportiva coletiva e organizada as suas atividades”. O projeto tratou ainda das mudanças de estilo de vida em prol da qualidade de vida e interação social.

Assim, Ilhéus entende o esporte a partir de uma única dimensão descrita por Tubino (1996), uma vez que foram perceptíveis as articulações em prol do esporte de rendimento, sobretudo com a aprovação de recursos municipais no orçamento participativo para o Colo Colo de Futebol e Regatas. A aprovação deste investimento na fala do gestor provoca um estranhamento, já que a aprovação de um investimento público para um clube esportivo atende o interesse de poucos cidadãos que se interessam pelo esporte de rendimento e pelo lazer espetáculo.

Os dados apontam ainda uma mínima articulação das políticas públicas de esporte e de lazer de Ilhéus com a sociedade civil e instâncias governamentais em âmbito estadual. Só a partir do ano de 2007 foi verificada a participação entre setores municipais em três projetos: Jogos Escolares em 2008, que articulou com a Secretaria de Saúde e Departamento de Trânsito de Ilhéus; Esporte para Todos (2008), que articulou com a Uesc, Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), Faculdade Monte Negro e Unime (União Metropolitana de Educação e Cultura); e o Projeto Verão Ilhéus

¹⁷ O Colo Colo de Futebol e Regatas ou apenas Colo Colo é um clube brasileiro de futebol, da cidade de Ilhéus-BA. Em 2006 foi campeão baiano de futebol.

¹⁸ Liga de Esportes. Secretaria Municipal de Esporte e Cidadania. Ilhéus, 2008.

Fitnes (2007-2008) que articulou com empresas privadas e patrocinadores para execução do projeto.

No item participação da comunidade, em dois projetos foi verificada esta articulação: Esporte para todos (2008) e Projeto Verão Ilhéus *Fitnes* (2007-2008). Ambos os projetos desenvolviam atividades esportivas com a comunidade buscando a integração política e social dos sujeitos. A participação registrada no município de Ilhéus é superficial e fica restrita a consulta sobre as ações desenvolvidas, não envolvendo a sociedade civil no processo de participação e decisões políticas.

Em relação à articulação intersetorial, foi apontado que: [...] “havia uma relação de “amizade” com pessoas entre as secretarias, mas na verdade, a prefeitura de Ilhéus na minha época era feita como se fosse uma ditadura e quem mandava era o prefeito” (G1). Também foi declarado que a articulação intersetorial na segunda gestão aconteceu de:

[...] forma regular, mas para contento que regular, porque as instituições públicas e privadas eram necessárias para o bom andamento da secretaria de esporte e nisso nós enviamos muito esforço também [...], para determinado fim, e foi, apesar de pouco lucrativo houve grande participação tanto no âmbito institucional como nas políticas públicas e privadas [...] Nós tivemos de várias formas este processo de planejar junto com a Fundação Cultural. (G2)

As entrevistas com os gestores reafirmam a pouca articulação entre os setores, sendo verificadas apenas algumas relações superficiais, citada pelo G1 na forma de “amizade”, e as relações entre instituições públicas e privadas citadas pelo G2.

No que diz respeito à articulação intergovernamental é verificada a pouca articulação. O G1 afirmou que “[...] infelizmente não havia muita relação de “amizade” entre o prefeito e o governador do Estado”. Enquanto que o G2 relatou a inexistência de articulação intergovernamental ao afirmar que o município não estava habilitado, no entanto, foram levados os projetos até o governo estadual e Federal.

Esta falta de articulação política e a mínima participação da sociedade civil no processo de gestão pública de Ilhéus se assemelham às experiências descritas em Marcellino (1996), ao apresentar os resultados das pesquisas em diferentes cidades brasileiras (Florianópolis, São Paulo, Belém, Caxias do Sul e Porto Alegre).

O modelo de articulação política que pode servir como suporte para o desenvolvimento das ações políticas no município de Ilhéus é discutido por Carvalho (2002), ao afirmar que o processo de formulação de políticas públicas intersetoriais deve envolver a discussão de identificação de diversos atores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública.

Dentre os projetos desenvolvidos pela Semec, há um que inicia o processo de intersetorialidade e que merece destaque é o “Projeto Verão Ilhéus *Fitnes*”, principal ação política do setor, que aconteceu todos os anos e envolve uma série de modalidades esportivas: Vôlei de Areia, Futebol de Areia, Futevôlei, Esportes Radicais, *Duatlôn*¹⁹, Dança, Boxe, *Jiu-jitsu*, *Handbeach*²⁰, dentre outras Atividades Físicas. O objetivo central do projeto Ilhéus *Fitnes*²¹ (2007, p.1) foi consolidar o esporte no verão ilheense, para que possa abranger diversas modalidades e viabilizar ações e recursos para fortalecer o esporte “[...] criando assim o hábito de competições e consequentemente valorizando o esporte amador na estação do verão, *priorizando também os Turistas*”.

No entanto, este projeto mesmo sendo a maior ação da Semec, enfrenta dificuldade para integração dos setores, em específico com o turismo, uma vez que uma das prioridades do projeto é atingir os turistas e não foi perceptível a articulação com a Setur. Foram constatadas apenas articulações com empresas privadas, com o intuito de

¹⁹ Competição dividida em três etapas: corrida, ciclismo e corrida.

²⁰ Esporte semelhante com o futebol, no entanto, é jogado com as mãos.

²¹ Ilhéus *Fitnes*. Secretaria Municipal de Esporte e Cidadania. Ilhéus, 2007.

conseguir patrocínio. Entre os diferentes atores sociais, só houve participação da população no planejamento por meio das Associações Esportivas. Esta integração com a comunidade foi realizada de forma superficial e muitas vezes, voltava-se apenas para execução de eventos itinerantes, não tendo uma participação efetiva da sociedade civil.

As entrevistas corroboraram com os documentos e apontaram o pouco envolvimento da comunidade na gestão pública nos âmbitos do esporte e do lazer. No entanto, mesmo com esta dificuldade, o G1 afirmou que com “amizade” e interação com a comunidade, foi realizado vários torneios para diversas faixas etárias, sendo articulada com os professores de Educação Física.

O modelo de participação da comunidade no processo político em Marcellino (1996) é entendido como uma alternativa operacional dentro das políticas públicas, em especial no campo do lazer, que não pode ficar reduzida a “indústria cultural”, mas sim com características próprias. No caso de Ilhéus, a ação comunitária não é presente na política local e o participar fica restrito na realização de eventos corriqueiros.

Pontua-se que não foi identificado nenhum investimento do poder público voltado para qualificação profissional dos gestores e sociedade civil em prol do desenvolvimento e avaliação das ações intersetoriais. O G1 e o G2 afirmaram que não houve nenhum curso científico voltado para os atores sociais, apenas para qualificação e formação de árbitros. Brust; Baggio e Saldanha Filho (2006) assinalam que a qualificação profissional por meio de conferências e/ou eventos deste caráter, permite que a comunidade em geral, reflita sobre a temática do esporte e do lazer buscando espaço e garantia de investimento por parte do setor público.

Belloni; Magalhães e Souza (2007) defendem que a formação de agentes sociais e o desenvolvimento do conceito e a intersetorialidade são elementos que auxiliam na

avaliação. Os indicadores da avaliação são: a) formação continuada dos gestores; b) qualidade e quantidade dos equipamentos; e c) legislação de incentivo. Os indicadores básicos são de fundamental importância para os administradores realizarem o planejamento, execução e avaliação das ações e dos resultados almejados pela política.

Os dados coletados apontaram que os projetos desenvolvidos não seguiam as exigências do modelo proposto por Farah (2000), e não integravam os processos de planejamento político adequadamente. Em uma das entrevistas foi constatada a inexistência de um planejamento político em Ilhéus, ao gestor afirmar a seguinte compreensão: “[...] gostaria que houvesse realmente um planejamento na minha cidade” (G1). O gestor detalha que o planejamento em Ilhéus só acontece de forma imediata, para suprir as necessidades da população quando se aproxima do período eleitoral, caracterizando assim, em uma política para ganhar votos.

De acordo com o G2 o planejamento ocorria de forma regular, o governo não aprovava as metas dos projetos de esporte no município, tanto na esfera estadual como na esfera Federal. O G1 assegura que Ilhéus necessita realizar um melhoramento no planejamento político e propõe a integração das instituições superiores, câmara de vereadores e prefeito em consonância com as secretarias.

Para finalizar a análise na Semec é relevante citar Melo (2008), uma vez que o autor propõe o exercício de planejamento integrado, que reconheça as diversidades de atividades, de forma a atingir a participação de todos. A programação deve atender a todos os segmentos sociais e levar em conta todas as faixas etárias e gêneros. Afirma ainda que o discurso de inclusão social se faz presente em praticamente todos os projetos do campo, no entanto, na prática atende apenas a formação de atletas. Assim, a discussão do autor também vai de encontro com os dados cidade de Ilhéus.

Ações intersetoriais em cultura e turismo: análise da Fundaci e da Setur

A Lei Orgânica Municipal de Ilhéus contempla em seu Art. 199 que o poder público municipal promoverá o turismo e apoiará as seguintes diretrizes: I - desenvolvimento da infraestrutura; II - estímulo à produção artesanal local e da Região Cacaueira; III - incentivo às manifestações folclóricas locais; IV - desenvolvimento de programas de lazer e entretenimento; e V - proteção ao patrimônio ambiental, cultural e histórico de Ilhéus. Assim, a lei prevê a articulação intersetorial entre os setores do turismo, da cultura e do lazer (ILHÉUS, 2002).

A Setur é o órgão público responsável pelo turismo de Ilhéus e não disponibilizou os documentos necessários para verificar o objetivo e o organograma da instituição, no entanto, se destaca por ser a única secretaria pesquisada que apresentava *website*²² com informações sobre as ações e projetos.

A articulação política na Setur foi desenvolvida pelo Ministério do Turismo em 2006 ao incentivar a articulação entre a cultura e o turismo a partir das atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Englobam esta categoria os eventos religiosos, musicais, danças, teatros, cinemas, gastronômicos, exposições de arte, de artesanato e outros (BRASIL, 2006).

Em âmbito nacional, a Constituição Federal brasileira contempla a cultura em seu Art. 215 ao estabelecer que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

²² Setur. Disponível em: <<http://ilheusdabahia.tur.br>> Acesso em: 30 Ago. 2011.

No Art. 216 é publicado que constitui o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A Fundaci representa a cultura de Ilhéus e tem *status* de secretaria, cuja principal função é fomentar e incentivar projetos da cidade e, por questões políticas, a instituição é pressionada a desenvolver projetos e exercer a função de secretaria municipal. Segundo relatório²³ (2007) o objetivo da Fundaci é estimular a cultura, entendendo o termo cultura a partir da criação de grupos e agentes culturais do poder público e privado.

De acordo com o organograma da Fundaci a instituição é organizada da seguinte forma: 01 Diretor Presidente, 01 Assessor Administrativo, 01 Assessor Cultural, 01 Diretor Administrativo Financeiro, 01 Diretor de Projetos Culturais, 01 Diretor do Teatro Municipal, 01 Diretor da Casa Jorge Amado, 01 Coordenador do Bataclan, 01 Coordenador do Memorial da Cultura Negra e 01 Coordenador do Centro de Cultura de Olivença.

A Fundaci conta com um Conselho de Cultura e administra dez equipamentos culturais: Teatro Municipal de Ilhéus, Concha Acústica, Circo Folias da Gabriela, Casa de Cultura Jorge Amado, Biblioteca Pública Municipal Adonias Filho, Arquivo Público

²³ Relatório da Fundaci. Fundação Cultural de Ilhéus. Ilhéus, 2007.

João Mangabeira, Centro Cultural de Olivença, Memorial da Cultura Negra, Centro Cultural Bataclan²⁴ e a Biblioteca Móvel Águia da Cultura.

A Lei Orgânica do Município no campo da cultura contempla no seu Art. 231 o pleno exercício dos direitos culturais incentivando, valorizando e difundindo as manifestações culturais da comunidade (ILHÉUS, 2002).

Os ordenamentos legais em esporte, lazer, cultura e turismo contemplados em âmbito municipal segundo Araújo; Dominici e Cardoso (2008) consagram os campos como direitos sociais imprescindíveis à dignidade humana, uma vez que promovem o bem-estar individual e coletivo. As garantias dos direitos sociais por leis envolvem um processo de construção histórica e dependem da articulação política integrada entre o poder público e a sociedade civil.

Os dados pontuam que a articulação política intersetorial no campo da cultura no município de Ilhéus foi intensificada apenas na segunda gestão. Na primeira gestão analisada foi relatado que: “[...] a impressão que eu tinha é que tudo era muito desconectado e a Setur não articulava com a Fundaci, ou seja, nem existia um distanciamento no planejamento e uma instituição não sabia se a outra iria implementar um projeto ou realizar um evento” (G3).

O G4 pontuou o oposto, e defendeu que a Fundai realizava algumas interfaces com a educação e meio ambiente em prol da sustentabilidade. O G5 corrobora com a ideia do G4 ao afirmar que o setor tem obtido uma boa comunicação articulada com a Câmara de Vereadores. Tem conseguido o financiamento do Fundo Municipal de Cultura e parceria com a Uesc, que tem desenvolvido pesquisas para o setor, mesmo que de forma incipiente.

²⁴ Antigo cabaré e cassino frequentado pelos coronéis de Ilhéus, que entrou em decadência com a proibição do jogo no país. Em 2004, a instituição foi reaberta como Centro Cultural Bataclan.

Na Setur os dois gestores entrevistados pontuaram que existe uma aproximação da sociedade civil com o poder público. Relatou ainda que com a implementação do Conselho Municipal de Turismo [...] “foi dado espaço para que estas entidades pudessem falar” (G6).

Um dos gestores relatou a existência de uma boa articulação intersetorial:

[...] entre secretarias, nós do ramo do turismo, temos algumas parceiras, as mais diretas com a Fundação Cultural, o Conselho Suburbano, que a gente está trabalhando muito junto e no caso com a Secretaria de Esporte. O planejamento deveria haver mais justamente porque o setor que faz os projetos, mas ainda não acontece tanto essa interação (G7).

Em um estudo recente no município de Ilhéus, Magalhães (2006) adquiriu resultados semelhantes da presente pesquisa, ao afirmar que os setores não se articulam. Segundo o estudo, a Fundaci e a Setur não realizou o planejamento articulado e nem desenvolveu o planejamento político integrado em longo prazo entre os setores e a comunidade. É evidente a falta de articulação entre o esporte, o lazer, a cultura e o turismo, ou seja, a Fundaci e a Setur não se articulou com a Semec no seu processo de planejamento e desenvolvimento das ações.

Sobre a articulação intergovernamental na Setur, foi apontado que só:

[...] a partir de 2003 com a implantação do Ministério do Turismo [...] houve uma gestão mais profissional na área pública, desde 2005 para cá, nós sentimos, realmente, o efeito da separação, da criação do Ministério do Turismo. Enfim, então, todo um Plano Nacional do Turismo, voltado muito mais para uma parte, que a gente chama de regionalização, muito mais do que a municipalização foi um fator fundamental para que isso fosse aplicado em nível estadual e depois aplicado em nível municipal [...] (G6)

Em outra entrevista foi destacado que a articulação intergovernamental aconteceu de forma:

[...] muito boa. No caso, com a Bahiatursa, Secretaria de Turismo do Estado, os grandes eventos como Carnaval, Réveillon, São João geralmente são apoiados, no caso, pelo o governo do Estado. Em relação ao Governo Federal, se nós tivéssemos, no caso, um CALQUI, [...] nós estamos inadimplentes, então a gente não consegue receber esses recursos diretamente do Governo Federal (G7).

Verificou-se que a articulação intergovernamental no setor do turismo tem sido intensificada no Estado da Bahia, por meio da articulação e apoio a projetos realizados pela Setur. No entanto, o município fica impedido de captar verbas com o governo federal, uma vez que Ilhéus está inadimplente e não pode receber apoio em âmbito federal.

Na gestão pública de Ilhéus é perceptível que o planejamento político integrado é incipiente. No projeto da “Corrida Temática da Costa do Cacau”²⁵ é verificada uma inexistência de articulação com a Semec, representante direto pela organização do esporte e do lazer da cidade. A ação intersetorial poderia aumentar a consistência e qualidade do projeto, ampliando assim a divulgação e número de recursos.

O próprio Ministério do Turismo em 2001 intensificou a articulação com o esporte ao promover diversos tipos de produtos turísticos, incentivo a eventos e calendários esportivos, induzindo a implantação de espaços propícios para prática de esportes, incentivando a construção de uma infraestrutura urbana, além do incentivo a práticas e estilos de vida saudáveis (BRASIL, 2001).

Foram averiguadas algumas articulações políticas nas seguintes ações: “Carnaval de Ilhéus”, que é articulado com a Setur e tem como foco central a cultura ilheense; o “I Evento Gospel da Restituição”, que é articulado e integrado com a comunidade religiosa; além da existência de outras formas de articulações verificadas na Fundaci, que estão relacionadas às associações de bairros. As articulações intergovernamentais estão em desenvolvimento e os gestores apontaram apenas uma boa relação com alguns órgãos estaduais e algumas tentativas de implementação de ações em âmbito federal. A articulação intergovernamental segundo o G4 aconteceu:

²⁵ Corrida Temática com fundo cultural realizada pela Setur todos os anos e em paralelo a competição acontece a caminha solidária da Costa do Cacau.

[...] prova disso a implantação do sistema municipal de cultura, e para a gente conseguir montar o sistema, é preciso que a gente esteja em sintonia com o sistema nacional e o sistema Estadual e pra isso a gente precisa de alguns instrumentos, não só de gestão, como os instrumentos de trabalho, vou dá como exemplo, a gente precisa [...] do fundo municipal de cultura e está sendo criado agora. A gente precisa que o conselho de cultura funcione mais ativamente, a gente precisa que o plano municipal de cultura.

Um segundo gestor afirmou existir a articulação intergovernamental: “[...] com a Secretaria de Cultura do Estado, inclusive, em relação a estas conferências que estão acontecendo, tanto a municipal, quanto territorial e estadual” (G5).

A articulação relatada pelos gestores entrevistados é detalhada em Ribeiro (2007), ao assegurar que a descentralização do poder federal e a democratização das políticas públicas foram configuradas mediante a garantia de autonomia para cada município, e transferem para o âmbito local competências e recursos públicos que possibilitem o controle social e participação de toda sociedade civil nas decisões políticas.

No que se refere à qualificação profissional da Fundaci e da Setur, não foi constatada nenhuma ação voltada para eficiência, eficácia e efetividade social das ações intersetoriais. Libâneo (2001) assegura que a qualificação profissional ou formação continuada deve ser articulada com a prática e reflexão sobre as ações, de modo que o profissional atue de forma crítico-reflexivo.

Destacaram-se na Fundaci os seguintes projetos: “Seis e Meia”, que aconteceu uma vez por semana, em alguns meses do ano, com a apresentação de músicos ilheenses; o projeto da “Semana Jorge Amado de Cultura e Arte”, que acontece durante a semana que o escritor Jorge Amado faz aniversário, com muitas oficinas e com participação muito grande da população Ilheense; o projeto “Águia da Cultura”, o qual tem uma biblioteca móvel que circula pelos bairros e vilarejos do município, além de veicular apresentação de teatro, capoeira e exibição de filmes.

A participação da comunidade no processo de planejamento da Fundação foi considerável, e os três gestores destacaram um envolvimento satisfatório da sociedade civil ao afirmarem que existiu:

[...] nós tínhamos o equipamento que hoje inclusive deixaram de existir a partir do prefeito seguinte [] [Valderico Reis], que foi o memorial da cultura negra, que funcionava bem, que foi uma obra do prefeito Jabes Ribeiro, era um local, um espaço alugado pela prefeitura, onde funcionavam os artesãos ou todas as pessoas ligadas ao movimento afro tinha um espaço pra trabalhar, nós tínhamos o centro cultural de Olivença que também apresentava, nós compramos um equipamento, e apresentava filmes, e aquilo era um verdadeiro sucesso [...] eu acredito que a comunidade participou dentro do possível (G3).

[...] a comunidade tem sido convidada constantemente para discussões, prova disso são as oficinas, a gente tem feito [...] [oficinas] de planejamento estratégico e também a conferência municipal de cultura que foi um convite do governo para que a sociedade civil pudesse elaborar políticas públicas [...] (G4).

[...] trouxe o público, porque qual é o público da fundação, são os artistas locais, então, a gente trouxe, a gente está tentando trazer estas pessoas para junto da fundação, então, tiveram reuniões em relação às pessoas trazerem as ideias do que elas acham, do que elas pensam, até para o nosso PPA, que foi um plano em aceleração à cultura [...] (G5).

Na Setur, os gestores apontaram pouca integração com a sociedade civil, relatando apenas a existência de contato com: “[...] a Associação de Ambulantes, com a Associação [...] destas pessoas mais ligadas a festas. Quando a gente vai fazer alguma coisa, a gente tem que chamar eles (sic) aqui e conseguir discutir, mais ou menos como é que vai ser” (G7). Para o G6 o espaço democrático de participação popular são as entidades, Organizações não Governamentais (ONG’s) e o Conselho Municipal do Turismo que deu ao cidadão o direito a voz nas deliberações.

A aproximação do poder público de Ilhéus com a sociedade civil deve ser realizada de forma honesta, que leve em consideração o planejamento para chegar de forma coerente aos seus objetivos. De acordo com Paiva (1996) a ação comunitária em políticas públicas de forma planejada tem três etapas: deflagração, período que marca o início da intervenção na comunidade, indo desde a sensibilização das lideranças até o levantamento de possibilidades do projeto ou evento. O segundo é o período de carência, o qual é caracterizado pelo momento da ação sensibilizadora e esclarecimento

do projeto. E por último, a continuidade/sedimentação, que marca a aceitação das pessoas, sendo caracterizada como fase central.

Para finalizar a análise, destaca-se que a Fundaci apresentou ações mais consistentes que a Setur e Semec, com maior articulação intersetorial, no entanto, ainda não existem documentos no setor que possam servir de suporte para as próximas gestões. Os gestores destacaram três pontos importantes para o desenvolvimento da cultura em Ilhéus: criar um pensamento comum e não egocêntrico das ações culturais (G3); constituir um Plano Municipal de Cultura articulado com a comunidade (G4); e oportunizar pessoas que tenham formação e conhecimento para atuar na área (G5).

Em estudos recentes na cidade de Ilhéus, (OLIVEIRA, 2004; MAGALHÃES, 2006) constataram que a cidade ainda não é competitiva em termos turísticos e promoção cultural. Esta desvantagem ocorre em virtude da falta de valorização e conservação do patrimônio cultural e natural, uma vez que os gestores e representantes da cultura e do turismo não conhecem a história de seu patrimônio.

Bahia e Avila (2008) afirmam que o turismo de Ilhéus não é promovido de forma adequada, apresentam-se inconsistências e uma sazonalidade que interfere de forma negativa no seu desenvolvimento. O município não tem um modelo de desenvolvimento turístico com características de qualificação e sustentabilidade.

Sugere-se para o desenvolvimento do planejamento político da Setur e da Fundaci uma reflexão sobre questões históricas, políticas, econômicas e sociais da região, além da consulta aos seguintes documentos: Código Mundial de Ética para o Turismo, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Carta Internacional sobre Turismo Cultural do ICOMOS (1976)²⁶, Agenda 21 da cultura²⁷ e Projeto Monumenta²⁸.

²⁶ Carta Internacional sobre o turismo cultural. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/default.asp>. Acesso em: 03 Out. 2009.

Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi alcançado, visto que foi possível compreender e verificar as formas de planejamento e de gestão pública de Ilhéus, bem como o nível de articulações intersetoriais, intergovernamental e participação da comunidade.

Apesar de fornecer indicativos importantes para o planejamento político da região, devem ser consideradas na pesquisa as seguintes limitações: a pequena quantidade de documentos existentes nas instituições, o que não permitiu uma maior aproximação do objeto de pesquisa; troca constante de gestores nas duas gestões; e resistência dos gestores para responder as entrevistas.

Os resultados apontaram para a necessidade de integrar a sociedade civil e o setor privado ao planejamento dos projetos e ações nos setores do esporte, do lazer, da cultura e do turismo, em um modelo de cogestão, que aproxima o Estado, o mercado e a sociedade civil. O modelo de participação não deve permanecer apenas em opiniões da comunidade, mas em criar mecanismos para que a sociedade civil participe das decisões e processo de democratização das ações políticas.

Verificou-se uma mínima participação da comunidade, bem como uma espontaneidade no processo de planejamento nas secretarias pesquisadas. No caso da Fundaci, é válido destacar que existem algumas ações organizadas, no entanto, ainda são incipientes e não existem programas e projetos consistentes.

Ficou claro nos dados apresentados que o município considerou o esporte, o lazer, a cultura e o turismo como complementos de outras ações políticas, sendo válido destacar a necessidade ampliarem a abrangência social e o envolvimento dos diversos

²⁷ Agenda 21 da cultura. Disponível em: <http://www.agenda21culture.net/>. Acesso em: 04 Out. 2009.

²⁸ Projeto Monumenta. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/>. Acesso em: 04 Out. 2009.

setores, com o intuito de melhorar a consistência das ações para além do oferecimento da política. Da mesma forma, devem ser previstas ações articuladas e integradas, para que as práticas venham a promover melhorias na qualidade de vida da população, garantia dos direitos, eficiência, eficácia e efetividade social.

Tem-se a expectativa de que as políticas públicas possam contribuir para o desenvolvimento do indivíduo como um todo. Outro ponto importante é a falta de uma estrutura pública administrativa nos setores, que busque a qualificação dos gestores para trabalhar de forma integrada com incentivos na sua formação profissional, em todas as secretarias pesquisadas, carecem de programas que contemplem a qualificação e formação profissional.

Para além de pensar e agir de forma integrada como propõe o Art. 245 da Lei Orgânica de Ilhéus que propõe a interação entre o esporte, lazer, cultura e turismo ao afirmar que: “[...] os serviços municipais de esportes e recreação se integrarão com as atividades culturais do Município, visando à implantação do turismo” (ILHÉUS, 2002). É pertinente conhecer quais são os problemas relacionados ao turismo na cidade e como estas problemáticas se desdobram no campo de gestão e planejamento das políticas públicas do setor.

Percebe-se que os problemas relacionados ao turismo em Ilhéus são ocasionados por diversos fatores, que não são meramente vinculados ausência do planejamento e gestão pública das políticas, são também conseqüentes de fatores históricos, principalmente, a queda da produção de cacau, e a substituição por outra atividade do setor terciário – no caso o turismo, sem verificar as potencialidades e limitações que demandam o município, bem como a própria política ilheense - o clientelismo e o paternalismo das ações. Além disso, o desalinhamento entre o setor público e o setor

privado, no que diz respeito à instalação e a grande expansão do setor hoteleiro da cidade, que não articula esforços para o crescimento e desenvolvimento turístico mais sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V. **Gestão em lazer e turismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

AVILA, M. A; **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editus, 2009.

ARAUJO, S. M; DOMINICI, K. R. L; CARDOSO, G. M. Os ordenamentos Legais do Município de São Luís-MA. In: ARAUJO, S. M; VIANA, R. N. A. **Esporte e lazer na cidade de São Luís-MA**: elementos para a construção de uma política pública. São Luís: Edufma, 2008. .

BAHIA, C. S.; AVILA, M. A. O turismo de eventos esportivos e a promoção do desenvolvimento local: uma análise das potencialidades de Ilhéus Bahia. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5, 2008. **Anais...** Belo Horizonte: Aleph, 2008. p. 1-11.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELLONI, I; MAGALHÃES, H; SOUZA, L. C. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**: uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: UnB, 2002.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco-zero, 1983 p. 137-153.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL (Ministério do Esporte) – **I Conferência Nacional do Esporte**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br> . Acesso em: 02 mai. 2009.

BRASIL (Ministério do Esporte) - **II Conferência Nacional do Esporte**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br> . Acesso em: 02 de mai. 2009.

BRASIL (Ministério do Turismo). **Turismo cultural**: orientações básicas. Coordenação – Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL (Ministério do Turismo). **Segmentação do Turismo Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2001.

BRUST, C; BAGGIO, I. C; SALDANHA FILHO, M. F. Repensar a Gestão das Políticas Públicas de Esporte e Lazer: o caso de Santa Maria/RS. **Motrivivência**, v.18, n. 27, 2006.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARVALHO, A. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, M. A. L; GANDARA, J. M. G. Análise do plano estratégico de turismo (PET) de Ilhéus. In: AVILA, M. A. **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editus, 2009.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo, Atlas, 2003.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, N; DUNNING, E. **A busca da excitação**, Lisboa: Difel, 1992.

FARAH, M F. S. Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas Locais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, 2000.

GASTAL, S; MOESCH, M. **Turismo**, políticas públicas e cidadania. São Paulo: Aleph, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A , 1999.

HEIDEMANN, F; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. UNB, 2009.

ILHÉUS (Poder Legislativo Câmara Municipal de Ilhéus) **Lei Orgânica do Município de Ilhéus**. Ilhéus, 2002.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M; KOMATSU, S. “Descentralização e intersetorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza.” In: **EL TRÁNSITO de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública**, Caracas: Unesco / Clad. 1997. p. 63-124.

JUNQUEIRA, L. N. P; INOJOSA, R. M.. **Desenvolvimento social e Intersetorialidade**: a cidade solidária. São Paulo: Fundap, 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**. Teoria e Prática. 3. ed. Goiânia: Alternativa. 2001.

MAGALHÃES, J. A. H. F. **Cultura, turismo e desenvolvimento na cidade de Ilhéus-Bahia**: análise da gestão de Jabes Ribeiro (1996 - 2004). 2006. Dissertação (Mestrado) – Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **Lazer e Esporte**: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. v. 1. 100 p.

MARCHI JR., W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M; LUCENA, R (Org.). **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 77-111.

MARTINES, I. C; MEZZADRI F. M. Os modelos de análise sociológica e a elaboração de políticas públicas: a necessidade de novos olhares para o esporte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15 e CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2. Recife. **Anais...**Recife: CBCE, 2007.

MELO, V. A. Projetos sociais de esporte e lazer: reflexões, inquietações, sugestões. **Quaderns d'Animació i Educació Social**, v. 7, p. 8, 2008.

MOLINA, S; RODRIGUEZ, S. **Planejamento integral**: um enfoque para a América Latina. Bauru: Edusc, 2001.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, P. A. R. A. **Patrimônio Cultural e Natural em Ilhéus/BA**: a urgência da interpretação para a preservação e a promoção do turismo. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PAIVA, J. L. Deflagrando uma ação de Lazer. In: MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

RIBEIRO, S. P. Participação popular na gestão pública: quais as armadilhas e quais os caminhos? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís. **Anais...** São Luís, 2007.

RICHARDS, G. Turismo Cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, P; CRUZ, G. **Turismo Cultural**; estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: Editus, 2009.

RODRIGUES, M. A. N. Da Baía de Todos os Santos a All Saints Bay: Glossas ao Plano Estratégico de Turismo da Bahia. **Caderno CEAS**, Salvador, n. 199. Maio/Jun. 2002. p. 33-42.

RODRIGUES, E. H. C; BRAMANTE, A. C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 23-37, maio 2003.

SANTOS, M I; AVILA, M. A. Análise sobre os processos de gestão e planejamento em Itabuna-Bahia (1992-2008) *In*: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7, 2010. São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANPTUR, 2010.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 3, p. 101-124, 2005.

TERRA, A. M *et al.* As Conferências Nacionais do Esporte: avanços e limites na construção das políticas de Esporte e Lazer. *In*: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, Salvador. **Anais...** Salvador: CBCE, 2009.

TUBINO, M. J. G. **O Esporte no Brasil**, do período colonial aos nossos dias. São Paulo: Ibrasa, 1996.

Endereço dos Autores:

Dirceu Santos Silva
Avenida Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras
29075-910 – Vitória – ES
Endereço Eletrônico: dirceu_09@yahoo.com.br